

ESPAÇO E TEMPO NA MODERNIDADE*

GILVAN LUIZ HANSEN
Universidade Estadual de Londrina/PR

Qualquer reflexão que seja proposta em torno dos conceitos de espaço e tempo exige ousadia por parte de seu proponente. Isso porque tais conceitos revelam grande complexidade devido ao significado teórico-prático que adquirem no decorrer do desenvolvimento da espécie humana.

Por conseguinte, referir-se aos conceitos de espaço e tempo enfocando suas implicações na modernidade é uma tarefa deveras exigente. Ainda assim, ousaremos efetivá-lo, quiçá buscando realizar o desafio kantiano que apregoa o “*sapere aude*” (KANT, 1988: 100).

Todavia, para discutirmos os conceitos de espaço e tempo devemos primeiramente situar o que compreendemos por modernidade. A seguir poderemos, então, analisar a importância das noções de espaço e tempo para o presente. Cumprida esta etapa, enfim, tornar-se-á possível detectar o significado de espaço e tempo para o desenvolvimento da modernidade através da abordagem dos referidos conceitos em alguns dos expoentes do pensamento filosófico moderno.

DEFINIÇÃO DE MODERNIDADE

A modernidade é compreendida pelo período que se estende entre meados do século XV e o momento no qual nos encontramos. Diferentemente das classificações his-

* Esse artigo é resultado da conferência apresentada pelo autor, em 29/05/2000, no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

tórico-antropológicas, que dividem a existência humana na face da terra em períodos (Pré-história, Idade Antiga, Média, Moderna, Contemporânea) a partir de mudanças naturais (geológicas ou biológicas), sociais ou fatos políticos relevantes, a modernidade recebe essa denominação para configurar e denotar uma modificação no modo de compreensão do mundo que se observa a partir de meados do século XV e que se desenvolve até hoje.

E quais são as principais peculiaridades desse “modo de compreensão do mundo” que é a modernidade?²

Primeiramente, pode-se dizer que o modo de compreensão moderna do mundo traz em si a valorização do elemento da subjetividade e da razão como instância por excelência de definição dos parâmetros sociais, políticos, culturais e cognitivos.

A Razão é, de fato, o elemento comum a todos os seres humanos e, por isso, assume a condição de fundamento a partir do qual o mundo deve ser organizado. É ela quem deve, a partir de agora, dar unidade e sentido a todas as esferas que compõem a existência humana. Tudo quanto pretenda ter legitimidade para existir necessita, pois, de submeter-se ao crivo da Razão.

(HANSEN, 1999: 37)

Outra característica da compreensão moderna do mundo é a secularização. Não é mais a vontade de deuses ou entidades outras que define os propósitos e o sentido das ações humanas no mundo, mas é o próprio sujeito humano quem passa a atribuir significado ao tempo e ao lugar no qual está inserido. A vida ganha uma dimensão de responsabilidade para com a condução do destino da espécie humana, bem como com relação ao uso e domínio da natureza em suas várias formas de manifestação. O ser humano cria instituições a partir das quais vai gerenciar a vida em sociedade e tais instituições passam a ter a legitimidade de sua atuação amparada em argumentos e motivos racionalmente válidos. Já não se aceita a legitimidade de uma decisão ou ação com justificativas que apelem para divindades ou que remetam a instâncias supra-históricas.

Finalmente, uma última característica que é importante enfatizar diz respeito à capacidade crítica da razão, cujo patamar de desenvolvimento permite ao ser humano inserido na modernidade implementar uma permanente discussão acerca dos pressupostos que o movem enquanto indivíduo e enquanto ser social, bem como viabilizam o distanciamento necessário para este reconhecer modos de compreensão de mundo diferentes do seu e respeitá-los em sua especificidade.

A compreensão moderna do mundo, entretanto, apresenta uma peculiaridade: ela está estruturada em diferentes modelos de racionalidade que coexistem e se comple-

² Uma análise mais aprofundada do processo de constituição e consolidação da modernidade pode ser encontrada em HANSEN, 1999.

mentam. Isso, porém, nem sempre se dá de maneira tão tranqüila e harmônica; ao contrário, muitas vezes o que se observa empiricamente na modernidade é a presença de modelos de racionalidade em conflito, expresso na forma de choques entre culturas, entre diferentes concepções econômicas, políticas, jurídicas e de sociedade.

Ainda assim, em que pese esses conflitos de modelos de racionalidade, a compreensão moderna do mundo possui uma coerência interna que garante uma abrangência no sentido de explicação do que há³ jamais havida em outra época ou contida em outro modo de compreensão do mundo. Essa é, ao menos, a interpretação que faz desse problema o filósofo alemão Jürgen Habermas.

Em suas reflexões acerca da modernidade enquanto modo de compreensão de mundo organizado em diferentes modelos de racionalidade, Habermas identifica na compreensão moderna características que corroboram para a sua validade universal, porque ela consegue:

- 1º) Permitir aos indivíduos que a compartilhem a condição de tematização crítica dos pressupostos que fundam suas posições, expressões, valores e ações;*
- 2º) Garantir a descentração das imagens de mundo, de sorte que os indivíduos conseguem perceber a distinção entre mundo objetivo, subjetivo e social, bem como os critérios de validade específicos a cada um dos mundos;*
- 3º) Viabilizar a efetivação dos potenciais comunicativos presentes no mundo da vida, pela concretização de experiências argumentativas e pela construção de discursos acerca destas experiências;*
- 4º) Estabelecer condições de avaliação das diversas tradições culturais e suas imagens de mundo que evitem o relativismo do contexto, por um lado, e a falácia etnocêntrica, por outro.*

(HANSEN, 1999: 30-1)

O que Habermas vai detectar na modernidade é a gradativa preponderância do modelo de racionalidade instrumental e a sua absolutização com relação a outros modelos possíveis. É essa distorção de perspectiva que vem gerando os principais problemas no decorrer dos últimos quatro séculos, com graves conseqüências nos campos do conhecimento e da ação; tal distorção é que precisa ser tematizada, criticada e superada, para que o projeto moderno de construção de um mundo melhor para todos possa encontrar efetivo significado.

Nesse sentido, Habermas defende que a modernidade é ainda um projeto inacabado, ao contrário daqueles que pregam o fim da modernidade e o advento da pós-

3 Utilizo da expressão “do que há” para me referir à totalidade das coisas existentes ou passíveis de existência. Evito, com o uso desta expressão genérica, valer-me de termos já desgastados pela tradição filosófica como “mundo” ou “cosmos”, por exemplo, além de buscar não utilizar de terminologia vinculada a concepções ontológico-metafísicas (ser, ente, noumeno).

modernidade. Enquanto modo de compreensão do mundo, a modernidade apresenta, pois, a condição de se auto-aperfeiçoar mediante o processo de crítica perene de seus próprios pressupostos teórico-práticos.

IMPORTÂNCIA DOS CONCEITOS DE ESPAÇO E TEMPO

Espaço e tempo sempre foram conceitos decisivos para a fundamentação do pensamento acerca do que há no decorrer da história; implícita ou explicitamente eles estiveram como pano de fundo das compreensões de mundo gestadas no decorrer da caminhada da espécie humana neste planeta. Tais conceitos apresentam importância, tanto sob o prisma teórico quanto sob o prisma prático, no que tange à maneira a partir da qual interpretamos o que nos envolve.

Importância teórica

A importância teórica de espaço e tempo reside na implicação epistemológico-cognitiva que os referidos conceitos apresentam.

Independentemente de diferenciação quanto à concepção filosófica ou de diversidade cultural, todo e qualquer agrupamento humano organizado tem o conceito de espaço como o lugar onde se dá a possibilidade do conhecimento e o conceito de tempo como o momento onde este mesmo conhecimento acontece.

O fator que parece diferenciar agrupamentos humanos entre si hoje e estes com relação a povos de outras épocas é a percepção que os seres humanos do presente têm do tempo e do espaço.

De fato, as conquistas advindas das diversas ciências e o avanço tecnológico que atingiu níveis espantosos no século XX trouxeram uma nova atitude frente ao lugar onde se vive e ao momento vivido. As informações são hoje processadas numa velocidade inimaginável em outras épocas; fatos vividos num lugar ermo do planeta chegam em milésimos de segundo até nós via satélite; parece já não haver distâncias capazes de deter o conhecimento humano. E tudo isso mexe com nossa percepção de espaço e tempo: vivemos com pressa e o tempo nos foge pelas mãos diante da exigüidade de metas e prazos que temos a cumprir; comprimimo-nos em espaços cada vez mais reduzidos, em salas, gabinetes, apartamentos; estamos fisicamente próximos, embora isso absolutamente não signifique maior interação social ou aumento da qualidade de sociabilidade. Cada dia que passa mais e mais informações chegam até nós e desafiam nossos sentidos para serem “metabolizadas” como referências e conceitos; somos verdadeiramente atropelados por uma torrente de dados e fatos cuja manifestação se nos escapa, pelo simples motivo de que não conseguimos tomar ciência de tanta coisa ao mesmo tempo; cada vez mais faz sentido a frase socrática que diz “só sei que nada sei”. Conhecimento, espaço e tempo estão, portanto, mutuamente imbricados e indissociavelmente vinculados.

Isso mostra, grosso modo, o quão significativa é a importância dos conceitos de espaço e tempo na perspectiva epistemológico-cognitiva da espécie humana.

Mas se esses elementos não bastassem para demonstrar a importância dos conceitos de espaço e tempo para a dimensão epistemológico-cognitiva, há ainda uma convicção oriunda de um conjunto de diretrizes aceitas socialmente e incorporadas à nossa cultura, segundo a qual o conhecimento efetivamente válido e legítimo é aquele que se sustenta e resiste no espaço e no tempo. Essa convicção adquiriu corpo em formulações teórico-filosóficas (o neopositivismo, por exemplo) e tem se mostrado como um elemento a mais para confirmar a relevância teórica das noções de espaço e tempo para a atualidade.

Importância prática

Se espaço e tempo são noções importantes sob o ponto de vista teórico, isso assume proporções ainda maiores quando tratamos da esfera prática. A ética, a política, a arte, a educação, a história, o direito, e tantas outras áreas têm sua possibilidade de ser amparada nos conceitos de espaço e tempo. Analisemos algumas dessas relações, à guisa de exemplificação.

Espaço, tempo e história

A concepção de história grega é fortemente dependente do conceito de espaço e tempo compreendidos de maneira circular, como um eterno retorno ao que era antes. E a todo o momento os heróis gregos e os personagens das tragédias se vêem diante da sina de enfrentar a ordem das coisas em busca de uma nova ordem espaço-temporal, quase sempre sem êxito. Veja-se o exemplo de Sísifo, que como punição por ter desafiado os deuses se vê obrigado a carregar uma enorme rocha até o alto de uma montanha e, ao depositá-la no ponto mais elevado da montanha, vê a pedra rolar até o ponto inicial; desce a montanha e repete eternamente o mesmo movimento.

E não apenas a concepção grega de história possui uma relação intrínseca com os conceitos de espaço e tempo: a tradição judaica também apresenta vínculo similar.

A história vista na perspectiva judaica é um processo de emancipação e salvação do homem que ocorrerá no tempo e no espaço a partir das conquistas e experiências vivenciadas por um povo eleito por Deus. Como no decorrer da caminhada deste povo ocorrem desvios com relação ao projeto originário divino, tornam-se necessárias alianças de tempos em tempos entre os homens e Deus, para que sejam renovadas a fidelidade do primeiro e a garantia de manutenção da escolha pelo segundo.

Predomina, quer na tradição grega quer na tradição judaica, aliás como de resto entre todos os povos antigos, uma mesma concepção circular de tempo; reflexo disso

são os calendários que regem ainda hoje os povos e que têm a cada ano datas e momentos de repetição, que marcam o eterno recomeço da vida.⁴

Embora diferenciada em muitos aspectos no que diz respeito às noções anteriormente vigentes, a concepção medieval de história tem como característica predominante uma profunda relação com os conceitos de espaço e tempo, mas insere uma cisão em ambos, pois vai trabalhar com a idéia de tempos e espaços diferenciados. Por um lado, há um tempo e um espaço no qual ocorre a história vivida por seres mortais e pecadores, cuja existência encontra-se impregnada de agruras e dificuldades; nesse tempo de sofrimento e nesse lugar de pesar e dor, a graça se manifesta enquanto possibilidade de redenção e de conversão. Para estes escolhidos que se deixam tocar pela graça divina, a vida “durante a vida” passa a ter sentido como preparação para a “vida após a morte”. Essa “vida após a morte” ocorre num tempo novo e num novo espaço; Santo Agostinho falará numa Cidade de Deus.

Entre os modernos, finalmente, a concepção de história assumirá outra perspectiva, incorporando uma noção evolutiva de tempo que implicará numa visão progressiva e expansiva do espaço. Reflexo disso são os empreendimentos de conquista de novas terras e de novos mercados que se iniciam na modernidade mais tenra e que se ampliam à medida em que a modernidade se desenvolve. Por conseqüência, ainda que se reconheça a pluridimensionalização hoje vigente na modernidade, prevalece uma concepção de história tida enquanto progresso das conquistas da espécie humana; para alguns esse progresso é inexorável, para outros ele é desejável desde que ocorra sob parâmetros racionais, para outros ele é altamente nocivo e se traduz como sinônimo de barbárie.

Creio que os elementos acima apresentados denotam de forma satisfatória a importância de espaço e tempo para o desenvolvimento de uma concepção de história capaz de traduzir uma determinada compreensão de mundo.

Espaço, tempo e política

A implicação das noções de espaço e tempo na política são ainda mais contundentes.

Quando Péricles proferia seus discursos para Atenas, ainda que tivesse em conta a relação da sua cidade com outras cidades, tinha como referência básica para o seu governo a pólis que ele governava e os cidadãos nela nascidos de cujo apoio dependia para continuar a governar. Igualmente Aristóteles, ao fazer a comparação entre as constituições das diferentes pólis, tinha como propósito mostrar as especificidades de cada uma delas e, mesmo tendo suas preferências quanto ao modo de governar uma cidade,

⁴ Essa ao menos é a opinião de Mircea Eliade, expressas em obras como *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição* e *História das crenças e das idéias religiosas*.

não deixava de reconhecer na prudência o elemento fundamental para a gestão de cada cidade-estado. O espaço e o tempo do grego estavam ligados ao horizonte da pólis.

No Império Romano, por sua vez, a cidadania era conferida a todo aquele que apresentava os requisitos de viver em alguma das terras pertencentes ao Império e possuir riquezas compatíveis com as “necessidades” tributárias estabelecidas pelas autoridades romanas. Há uma flexibilização dos critérios de participação política, paralela à ampliação das noções de espaço e de tempo; acreditava-se na possibilidade de expansão constante do Império Romano e no inexorável triunfo dos Césares, traduzida essa crença na eufórica afirmação de que “Roma é eterna”, tal qual seu Império. Fora do Império não há humanidade, pois não existem direitos ou deveres, não se reconhecem a cidadania e a garantia à vida; o que prevalece fora do Império Romano é a barbárie, e não a civilização; essa é a convicção vigente entre os cidadãos romanos e principalmente entre as autoridades que governam o Império. O Império Romano, pode-se dizer, é simultaneamente a expressão e o limite do homem civilizado no tempo e no espaço.

Estrutura similar será repetida no período medieval, com a substituição do Império Romano por uma instituição que resistiu aos escombros deste mesmo Império e que foi conquistando espaço na definição das diretrizes políticas da época medieval: a Igreja. É a Igreja quem dará aval para os governantes exercerem, em nome de Deus, o poder político; é ela que dará legitimidade às ações militares e expansionistas dos reis ciosos de acumular fama e fortuna através da subjugação de outros povos. E todos são potencialmente membros da Igreja, pois ela é a instituição temporal que garante e resgata a unidade provocada pela cisão de espaço e tempo advinda da condição pecadora do homem que vive neste “vale de lágrimas”, por um lado, e da sua vocação para a salvação e para a vida na “cidade de Deus” no *post mortem*, por outro lado. Fora da Igreja não há salvação, pois somente nela existe a comunhão universal (católico = universal) que nos torna pessoas, com direitos e dignidade reconhecidos.

O advento da modernidade traz consigo uma ampliação ainda maior da abrangência da relação entre espaço, tempo e política. As pessoas passam a exigir seu direito de participar das decisões acerca dos rumos da cidade, mas também do país onde vivem; surgem as nações e a necessidade de estabelecimento de vínculos e acordos dentro delas, entre grupos politicamente rivais, e entre elas, objetivando a convivência num estado mínimo de civilidade e paz. Como reflexo desse novo quadro ocorre a consolidação do parlamentarismo moderno, onde segmentos antes desprezados da população começam a ter representação e podem, através dela, manifestar seu modo de compreender a organização da vida social e política, seja no âmbito local ou mundial.

Outro elemento a se considerar na modernidade é a gestação de idéias como cidadania, igualdade e liberdade, as quais vão estar presentes como bandeiras de luta de diversos movimentos sociais nos últimos quatro séculos e que demonstram a crescente preocupação das pessoas não apenas no sentido de se envolver na construção da história de seu tempo, como também de garantir o espaço de participação para todos. A glo-

balização hoje tão propalada e comentada nada mais é do que o efeito de uma caminhada gradativa ocorrida na modernidade, principalmente via desenvolvimento do capitalismo, que tem como pano de fundo a potencial ampliação do espaço de ação humano mediante a otimização do tempo, ou seja, que o ser humano possa produzir e construir cada vez mais seus projetos em um período de tempo o mais reduzido possível.

O grande desafio, em termos políticos, parece ser o de se pensar alternativas de organização político-social capazes de, no menor tempo possível, dar conta de ocupar com qualidade o espaço gerado pelo processo de globalização. Isso sem perder o foco de que somos responsáveis pelo legado que deixaremos às próximas gerações, razão pela qual devemos evitar o imediatismo e engendrar um projeto de sociedade para o presente que não venha a inviabilizar o futuro.

Espaço, tempo e ética

Uma das esferas na qual o espaço e o tempo são decisivos em termos de discussão é a ética. Isso porque a definição dos valores individuais e coletivos que vão orientar um determinado grupo social está diretamente relacionada à percepção que este mesmo grupo tem da inserção de tais valores no lugar e no momento vividos.

Nesta perspectiva, pode-se observar que a definição dos valores tem oscilado, no decorrer da história, entre uma posição universalista e uma posição particularista: a primeira caracterizada pela busca de valores universais válidos e aceitos por todos os seres humanos independentemente de suas contingências sociais, étnicas, econômicas, geográficas, políticas, etc.; a segunda marcada pela convicção de que o quadro de valores e as ações dele resultantes são produtos do contexto histórico e do lugar específico no qual um determinado grupo se encontra.

A partir dessa chave de leitura da ética podemos compreender, por exemplo, a preocupação universalista da ética platônica, cujo alicerce está posto na idéia de homem virtuoso, da qual temos instâncias “mal feitas” no mundo sensível e que precisavam ser aperfeiçoadas para chegarem mais próximas da idéia de ser humano perfeito. O problema, em Platão, é que essas “imitações da verdade” que vivem no mundo sensível não são a verdade (idéia de homem perfeito e virtuoso), e um governo pode, em nome dessa verdade, eliminar ou desconsiderar como legítima qualquer reivindicação ou necessidade dessas “imitações da verdade”, que são pessoas de carne e osso mas que não se enquadram num ideal de ser humano oficialmente aceito.

É muito em face dessa situação de risco à qual a ética platônica conduz que Aristóteles se vê impelido a desenvolver uma concepção ética mais adaptada ao contexto da pólis. Ele vai defender a importância de uma vida virtuosa, mas condicionará o estabelecimento do que seja o virtuoso ao uso da prudência por parte dos seres humanos em cada contexto. Ademais, enfatizará a necessidade de se buscar o equilíbrio ético, o meio-termo na escolha das ações virtuosas, que nem sempre significará

um ponto equidistante entre o excesso e a falta; nem sempre o que é tido como virtuoso na situação vivida dentro de uma pólis poderá ser considerado em outra pólis que tenha estrutura organizacional distinta; nem sempre algo que é virtuoso dentro de uma pólis em tempos de guerra com outros povos pode ser considerado virtuoso em tempos de paz e de ausência de conflitos externos. O problema da ética de Aristóteles, como de resto das éticas de cunho particularista, é o risco de incorrer num relativismo extremo que inviabilize qualquer ética ou moralidade, pela impossibilidade de um quadro de valores comuns aos indivíduos ou grupos sociais.

No período medieval predomina, grosso modo, uma concepção de cunho universalista acerca dos valores. Amparada na teoria dos graus de participação na perfeição divina, alinhavada desde os primórdios da Idade Média mas que ganha notoriedade e significação a partir de Sto. Anselmo, a ética medieval parte da noção de que todos somos criaturas e, nessa condição, participamos em maior ou menor grau da perfeição de Deus, nosso Criador. Como seres humanos, fomos criados com um grau maior de perfeição do que outros animais, minerais ou vegetais; outrossim, fomos feitos “à imagem e semelhança” divina e dotados de livre arbítrio; podemos, pois, escolher afastar-nos do bem e, com isso, incorrer no pecado; essa opção faz com que nossa ação seja moralmente questionável ou eticamente repreensível, embora sempre possa haver o arrependimento e o perdão, com o cumprimento da penitência cabível àquele que errou. Todos somos, em qualquer tempo e qualquer lugar, enquanto “filhos de Deus” e participantes da Graça, membros de uma mesma e grande família. Agir de maneira a afastar-se dos valores verdadeiros nos leva a quebrar e pôr em risco essa comunhão universal (católico); por esse motivo, quem ameaça a comunidade com a dissensão deve ser punido, antes que corrompa o todo. Essa é a base ética do argumento usado para justificar, dentre outras coisas, as ações da Inquisição; tudo em nome da verdade e da comunhão universal.

O conflito de interpretações da ética entre concepções universalistas e particularistas perpassará também a modernidade, mas como há uma complexificação e sofisticação ainda maiores dos discursos éticos nesse período, fator que demandaria uma investigação específica sobre o tema e desviaria o propósito da presente reflexão, não nos aprofundaremos em tal questão.

Apenas convém registrar no Utilitarismo de J. Stuart-Mill e J. Bentham, nas obras de Hegel e Marx⁵, na “Moral por Acordo” de D. Gauthier, no neo-aristotelismo de E. Tugendhat e A. MacIntyre, e no neo-hegelianismo de C. Taylor, versões modernas de ênfase particularista da ética. Em contrapartida, uma postura universalista da discus-

⁵ As obras de Hegel e de Marx continuam a suscitar polêmica sob o ponto de vista ético, pois tanto possuem elementos que permitem uma leitura particularista quanto apresentam elementos que autorizam uma interpretação universalista de suas obras. Por essa razão, ambos aparecem citados nesse artigo em ambas as correntes explicativas da ética.

são ética pode ser encontrada em Kant, Hegel e Marx. Tentativas conciliatórias de ambas as interpretações podem ser encontradas em M. Weber e sua “Ética da Responsabilidade”, em K.O. Apel e J. Habermas com sua “Ética do Discurso”; alguns autores identificam nesse terceiro grupo ainda a “Teoria da Justiça” de J. Rawls, mas isso nos parece ser inadequado, pois a concepção rawlsiana, embora impregnada de elementos morais e preocupações éticas, não se configura como uma teoria moral e sim como uma teoria da sociedade ou ainda como uma teoria jurídico-política.

Creio que a caracterização acima é suficiente para demonstrar a intrínseca e profunda relação entre espaço, tempo e ética, bem como para salientar a importância dos conceitos de espaço e tempo na tematização hoje de qualquer questão pertinente à discussão moral.

Poderíamos ainda demonstrar a importância prática das noções de espaço e tempo na educação, por exemplo, onde é hoje nítida a predominância de modelos educacionais que priorizam o treinamento das pessoas para a ocupação de dadas funções no espaço e negligenciam sobremaneira a preparação destas para viverem e enfrentarem a dinamicidade do momento no qual vivem, com suas exigências de reciclagem permanente. Ou então poderíamos fazer menção à importância de espaço e tempo na arte, na geografia, no direito... mas uma descrição de tal ordem seria extensa e pouco acresceria ao propósito inicial da presente reflexão, pois acreditamos já ter sido suficientemente frisada a significação das noções supramencionadas para qualquer área da sociedade atual.

Passemos, pois, a abordar o modo como espaço e tempo têm sido discutidos na modernidade, a partir do enfoque das obras de alguns filósofos modernos a esse respeito.

O CONCEITO DE ESPAÇO E TEMPO NA MODERNIDADE

O espaço e o tempo foram e têm sido alvo da preocupação de alguns pensadores no decorrer da modernidade. Desde os primórdios do período que abrange a modernidade, marcado por linhas de pensamento como Empirismo e Racionalismo, até o presente, notadamente caracterizado por uma plurivocidade das interpretações filosóficas acerca do que há, observa-se contudo pequenas diferenciações no que tange ao modo de enfoque dos conceitos de espaço e tempo. E quase sempre estas diferenças são reflexo da própria percepção que os pensadores modernos têm do *status* e do papel da razão no processo de constituição da espécie humana.

Quando nos deparamos com uma concepção de razão cujo poder é ilimitado em suas tarefas de conhecimento e ação, encontramos conceitos de espaço e tempo ajustados a tal perspectiva. Quando nos deparamos com uma noção de razão formal, o espaço e o tempo passam a ter um significado compatível à mesma; quando, enfim, encontramos-nos diante de uma concepção de razão substancial, o espaço e o tempo assumem também eles matizes substanciais. Procuraremos, a seguir, explici-

tar esses três modos de conceber a razão e as implicações disso no desenvolvimento de três maneiras de se interpretar o tempo e o espaço na modernidade, tomando respectivamente como autores de referência a F. Bacon e R. Descartes, a I. Kant e a G.F.W. Hegel.

Empirismo e Racionalismo

O Empirismo e o Racionalismo enquanto expressão de correntes de pensamento que buscam explicar de modo coerente o que há, surgem num período bastante peculiar do pensamento humano. Isso porque se localizam num momento de transição de valores e convicções milenares para novas e imprevisíveis situações.

Há, por conseguinte, um amálgama de teorias contraditórias que coabitam o mundo intelectual europeu naquele momento, isso sem contar os inúmeros ensaios com pretensões de se tornarem novas teorias ou verdades para o período vindouro. Separar o genial do débil, o criativo e inovador do falsamente novo, é tarefa muito difícil.

Nesse sentido, tanto F. Bacon (1561-1626) quanto R. Descartes (1596-1650), principais articuladores respectivamente do Empirismo e do Racionalismo iniciais, mantêm suas reflexões ligadas ao modo de pensar da tradição, especialmente no que tange aos conceitos de espaço e tempo. Não há uma preocupação especial de ambos para com os referidos conceitos, embora estes conceitos estejam como pano de fundo tanto do Empirismo quanto do Racionalismo.

O elemento comum a Empirismo e Racionalismo é a confiança absoluta e irrestrita no poder da razão no sentido de conhecer o que há. A divergência de ambas as correntes reside no modo como esse conhecimento se faz possível.

Para o Empirismo baconiano todo o conhecimento advém da experiência, que ocorre num dado momento e num determinado lugar, e cabe à razão moldar-se ao material advindo das experiências, pois para dominar a natureza devemos aprender com ela submetendo-nos a ela. A razão tem uma função muito próxima à de um receptáculo das experiências, reproduzindo em si uma ordem que já existe na própria natureza.⁶

No Racionalismo cartesiano, em contrapartida, a razão é a efetiva fonte de conhecimento, pois é ela que dá, através da dedução que permite fazer a partir das idéias inatas, certeza e validação àquilo que conhecemos. E porque somente na razão encontramos a confiabilidade necessária ao verdadeiro conhecimento é que podemos prescindir da

⁶ Essa visão ontológica da natureza contida em F. Bacon está alinhada com a concepção da tradição filosófica, pois tanto para os gregos antigos quanto para a filosofia cristã a natureza possui uma ordem em si que deve ser captada e contemplada pelo ser humano. A intervenção humana na natureza deve se dar sempre no sentido de realizar a própria ordem da natureza, e nunca no sentido de contrapô-la.

experiência para chegar às verdades fundamentais. Por esse motivo também é que espaço e tempo podem ser matematicamente formalizados e representados graficamente.

Espaço e tempo em Kant

Os conceitos de espaço e tempo em I. Kant (1724-1804) vão ser desenvolvidos na primeira de suas três grandes críticas: a *Crítica da Razão Pura*. Nesta obra, Kant inicia seu percurso no sentido de dar conta das questões que são fundamentais para a espécie humana e que ele mesmo apresenta:

Todo o interesse de minha razão (tanto o especulativo quanto o prático) concentra-se nas três seguintes perguntas: 1) Que posso saber? 2) Que devo fazer? 3) Que me é permitido esperar? (KANT, 1985: 223. v. 2)

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant vai procurar responder à primeira destas questões, qual seja, o que é possível ao ser humano saber?

A pergunta acima adquire sentido e pertinência no contexto kantiano à medida que o filósofo de Königsberg se lança a uma crítica ferrenha aos excessos cometidos pela razão no empreendimento do conhecer; a concepção de razão em vigor até Kant depositava uma confiança desmedida e pueril no poder de conhecimento da razão, tomando como válido o conhecimento de uma razão que exorbitava seus próprios limites de conhecimento e nem sequer se questionava sobre seu efetivo potencial cognitivo, falando de Deus, de imortalidade da alma, de liberdade, e de outras idéias como se fossem passíveis de serem apanhados em conceitos. Kant procurará demonstrar, na *Crítica da Razão Pura*, os limites a partir dos quais o conhecimento se torna possível:

Kant argumentará que o conhecimento é sempre conhecimento através de conceitos, e que a estes necessariamente corresponde uma intuição sensível e uma referência advinda de experiência. Nesse prisma, Deus, liberdade e imortalidade da alma não atendem a condição de serem conceitos; não podem, então, ser objeto de conhecimento. Ora, se eu sou capaz de pensá-los e inclusive falar sobre eles, faço-o porque são idéias possíveis à razão e esta, da qual sou partícipe enquanto ser humano, não se atém apenas ao nível do conhecimento. Entretanto, é equívoco pretender chegar a um conceito de Deus, liberdade ou imortalidade da alma, uma vez que são postulados pertencentes à razão prática.

(HANSEN, 1999: 69)

E é precisamente nessa discussão perpetrada por Kant acerca do conhecimento e suas possibilidades que o filósofo de Königsberg introduz os conceitos de espaço e

tempo, enquanto elementos da sensibilidade que tornam possíveis o próprio conhecimento. Expliquemos melhor.

No momento em que um ser humano dotado de razão se lança ao empreendimento de conhecer, ele vai se deparar com algo que há e que vai se manifestar a ele. Essa relação estabelecida entre o ser humano racional e esse “algo” não é, para Kant, uma relação neutra ou sem vida, onde a razão se põe como uma *tabula rasa* na qual são impressas as percepções que viram referências e representações. A razão possui um aparato cognitivo que constitui a sua estrutura e que faz da relação que é o conhecimento um momento criativo e construtivo da própria razão, à medida em que esta produz e aproxima referências, traduzindo-as na forma de conceitos, gerando assim o conhecimento.

Espaço e tempo são elementos que fazem parte desse aparato da razão e que tornam possível o próprio conhecimento; sem eles não é viável qualquer tipo de conhecimento. Eles se encontram no âmbito da sensibilidade pois são os elementos que permitem o contato da razão com o que há e que primeiro organizam a experiência advinda da relação cognitiva; o espaço como organização externa e o tempo como organização interna dos objetos de conhecimento.

Vamos imaginar, à guisa de exemplo, que eu entre numa sala de aula e que todos os objetos ali existentes me fossem dados à percepção num mesmo espaço, ou ainda a um mesmo tempo. Eu não conseguiria conhecer coisa alguma, pois não teria condições de diferenciar aspectos para perceber quais itens são constitutivos da mesa, da cadeira, da luminária, do teto, do quadro, da parede, etc. Se o conhecimento destes fenômenos se torna possível é graças à presença, na sensibilidade que faz parte da razão, dos elementos espaço e tempo.

Deste modo, espaço e tempo são conceitos fundamentais para a arquitetura do pensamento kantiano e apresentam-se como elementos constitutivos da razão que, tal qual ela, possuem um caráter formal, configurando-se como condição de possibilidade para o conhecimento e, com ele, para a própria existência da espécie humana.

Espaço e tempo em Hegel

Embora não discuta diretamente os conceitos de espaço e tempo, G.W.F. Hegel (1770-1831) se vale dos mesmos para ancorar seu sistema filosófico e, como tal, pode ser tomado como exemplo de uma abordagem substancial dos referidos conceitos.

A pretensão de Hegel, manifesta na sua obra *Ciência da Lógica*, é tentar pensar tal qual o Ser pensou no primeiro momento, antes mesmo de criar o mundo; ele quer des-

⁷ Hegel descreve o movimento interno do Ser na *Ciência da Lógica*; o movimento externo (história) é descrito ao longo das demais obras; quando se refere ao desenvolvimento da espécie humana o faz principalmente através das obras *Fenomenologia do Espírito* e *Princípios da Filosofia do Direito*.

crever o movimento lógico que levou o Ser a se efetivar inicialmente enquanto natureza e, mais tarde, enquanto história através do homem.

Nessa empreitada, Hegel descreve o processo dialético que se passa com o Ser sob o ponto de vista interno (lógica)⁷ e sob o ponto de vista de sua exteriorização (história).

No que tange ao movimento interno, o Ser inicialmente se dá conta de seu vazio, de sua inefetividade, de seu Nada; disso surge o devir, o vir-a-ser, o movimento de tornar-se algo e a necessidade de exteriorizar-se na forma de natureza e de humanidade. É assim que esse Ser, ou Conceito, passa a adquirir efetividade, a deixar de ser um mero vazio para ser algo. Mas é quando assume a forma de consciência (humana) que esse “Ser” adquire um nível mais consistente de conhecimento com relação às suas próprias potencialidades, mediante a realização (atualização) destas através das instituições criadas pela consciência ao longo da história (família, sociedade civil, estado).

No interior deste sistema engendrado por Hegel, espaço e tempo possuem um duplo significado: por um lado, na perspectiva histórica, enquanto lugar e momento no qual o Ser se efetiva, são elementos que viabilizam como condições de possibilidade a própria diferenciação do ser em seu movimento dialético; por outro lado, na perspectiva da totalidade do Ser e de seu movimento, eles nada mais são do que parte da substância constitutiva do Ser, ou seja, o Ser é espaço e é tempo.

A concepção substancial do espaço e do tempo implica, dentre outras coisas, a conferência de um *status* ontológico a ambos que os torna quase que sagrados; como se fossem entidades a existir independentemente da razão. Daí que, na maioria das vezes, quem hoje assume uma interpretação substancial de espaço e tempo tende a articular um discurso muito próximo do misticismo e da dimensão religiosa.

Desta maneira, a existência do ser humano e de tudo quanto há nada mais é, em última análise, do que a potência divina transformada em ato com o intuito de um auto-resgate da identidade inicialmente desconhecida e que aos poucos vai sendo recuperada. Numa perspectiva otimista da questão, somos deuses em plena realização como partes de um processo absoluto que teve um alfa e terá um ômega; numa ótica mais pessimista, somos instrumentos de uma divindade que freudianamente faz uso de nós para certificar-se de sua identidade, valendo-se de espaço e tempo como divãs para a consecução dessa terapia.

ESPAÇO, TEMPO E MODERNIDADE: CONCLUSÃO

Diante do exposto até o momento, acredito ter trazido à tona uma série de questões que, devido ao seu caráter polêmico, permitirá o debate e o aprofundamento acerca da importância e do papel dos conceitos de espaço e tempo para a compreensão da modernidade em suas várias dimensões.

Entretanto, sob o pretexto de concluir o presente artigo, apresento algumas questões que têm servido como uma espécie de referencial prático, de *Sollen* (dever-ser) a

conduzir minha ação como ser humano e também minha pesquisa referente à modernidade e seus múltiplos aspectos.

Uma primeira questão é a de que, em que pese estarmos sob a égide da globalização e da sociedade da comunicação, onde os avanços tecnológico-científicos nos fazem sentir a fluidez e a relatividade de espaço e tempo, devemos lutar para não perder um referencial quanto ao significado de ambos. Espaço e tempo são elementos a partir dos quais a razão humana organiza o que há; e embora haja uma “naturalidade” de espaço e tempo em nossa razão, é essa razão quem, em última instância, define o significado do tempo e do espaço não apenas em termos cognitivos, mas principalmente em sua dimensão prática (ética, política, jurídica, estética, educacional...).

Mas, se somos “senhores do tempo e do espaço”, qual tem sido nossa atitude frente ao momento em que vivemos e ao lugar onde nos encontramos? Quais os critérios que a instância de razão que existe em nós vem utilizando para construir o presente e projetar o futuro, seja de nosso lugar seja de outros lugares? Continuamos a acreditar numa racionalidade instrumental e a definir espaço e tempo apenas como elementos quantitativos no cálculo da eficiência de uma cadeia produtiva; ou procuramos nos situar numa outra perspectiva de racionalidade, acreditando no potencial de tempo e espaço como instâncias nas quais os anseios de uma sociedade mais justa e de um mundo melhor podem ser convertidos em realidade?

A cada dia olhamos para o espelho e podemos perceber o quanto espaço e tempo são nossos e escorrem em nós. Que atitude tomarmos diante de tanto espaço ainda inexplorado pela nossa razão e tão pouco tempo ainda restante para fazê-lo? Pressa? Apatia? Medo? Muitas vezes o *carpe diem* parece ser a melhor saída; não nos esqueçamos, porém, que “viver o dia” não é sinônimo de quantidade de experiências acumuladas, mas de qualidade de vivências compreendidas e elaboradas em nós.

Oxalá desenvolvamos, enquanto indivíduos e enquanto espécie, a sabedoria de encarar espaço e tempo tal qual um degustador de vinhos finos, que sabe apreciar o sabor de um bom vinho já ao sorver o primeiro gole, sem que para isso precise se embriagar com um garrafão inteiro do produto.

Então, quiçá assim, a modernidade possa vir a realizar os seus propósitos originários de um mundo melhor para todos, e não seja mais, como a define Habermas, um projeto inacabado.

ESPAÇO E TEMPO NA MODERNIDADE

Resumo: Este artigo é uma discussão introdutória acerca da importância das concepções de espaço e tempo na modernidade. O objetivo deste texto é enfatizar os aspectos teóricos e práticos dos conceitos de espaço e tempo, mediante a apresentação de três perspectivas de interpretação desta questão na filosofia desenvolvida na modernidade.

Palavras-chave: Modernidade, Espaço, Tempo, Filosofia Moderna, J. Habermas.

SPACE AND TIME IN MODERNITY

Summary: This article is an introductory debate about the importance of space and time conceptions in modernity. The objective from this text is emphasize the theoretical and practical aspects of space and time concepts, by presentation of three interpretation perspectives of this question in the philosophy developed in modernity.

Keywords: Modernity, Space, Time, Modern Philosophy, J. Habermas.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1986): *Dialética do Esclarecimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BACON, Francis. (1979): *Novum organum*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).
- BARBIERI, Aylton. (1996): *A crítica de Habermas à dedução transcendental de Kant*. Londrina: EDUEL.
- BONI, Luís A. de & STEIN, Ernildo (Org.). (1993): *Dialética e liberdade*. Petrópolis: Vozes.
- CENCI, Ângelo (org.). (1996): *Ética, racionalidade e modernidade*. Passo Fundo: EDIUPF.
- CIRNE-LIMA, Carlos R. V. (1993): *Sobre a contradição*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- _____. (1996): *Dialética para principiantes*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- DE BONI, Luiz Alberto. (1996): *Idade Média: ética e política*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS. (Coleção Filosofia n.38).
- ELIADE, Mircea. (1983): *História das crenças e das idéias religiosas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 3 v.
- _____. (1993): *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*. Lisboa: Edições 70. (Série Perspectiva do Homem n. 5)
- FLICKINGER, Hans-Georg. (1985): *Marx: nas pistas da desmistificação filosófica do capitalismo*. Porto Alegre: L&PM.
- _____. (1986): *Marx e Hegel: o porão de uma Filosofia Social*. Porto Alegre: L&PM/CNPq.
- FREITAG, Bárbara. (1992): *Itinerários de Antígona*. São Paulo: Papyrus.
- HABERMAS, Jürgen. (1987a): *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1987b): *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- _____. (1987c): *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1989): *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1990): *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: D. Quixote.
- _____. (1992): *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus. 2 v.
- _____. (1993): *Theorie und Praxis*. 6.Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

- _____. (1994): *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. 4.Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- HANSEN, Gilvan Luiz. (1999): *Modernidade, utopia e trabalho*. Londrina: Edições CEFIL.
- HEGEL, G.W.F. (1992): *Fenomenologia do espírito*. 2.ed. Petrópolis: Vozes. 2 v.
- _____. (1990): *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Guimarães Editores.
- KANT, Immanuel. (1985): “Resposta à pergunta que é o Esclarecimento?”. In: *Kant: textos seletos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1986): *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1988): *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70.
- _____. (1991): *Crítica da Razão Pura*. 5.ed. São Paulo: Abril Cultural. 2 v. (Col. Os Pensadores).
- RAWLS, J. (1990): *Sobre las libertades*. Barcelona: Paidós.
- _____. (1993): *Teoría de la Justicia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- SIEBENEICHLER, Flávio B. (1989): *Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- WEBER, Max. (1985): *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 4.ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais.